

ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA

COORDENAÇÃO

ANDRÉ LUÍS MONTEIRO
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
RENATO BENEDEZI

A OBRA CONTÉM DOIS ARTIGOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPAÑHOL E INGLÉS)

PREFÁCIO: DANIEL BLUME E CAIO FIGUEIREDO C. DE OLIVEIRA

ALINE DIAS
ANA CAROLINA WEBER
ANA LUIZA NERY
ANDRÉ LUÍS MONTEIRO
ARNOLDO WALD
BRUNA ALCINO MARCONDES DA SILVEIRA
CHRISTIAN BORRIS
CLÁUDIO FINKELSTEIN
ELIANA BARALDI
FABIANE VERÇOSA
FELIPE RONCO
FERNANDO KUYVEN
FLÁVIO LUIZ YARSELL
GRASIELA CERBINO
GUILHERME MELCHIOR DA SILVA FRANCO
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ
JOSEF FRÖHLINGSDORF
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI
LEONARDO VIVEIROS DE CASTRO

MARCELA KOHLBACH DE FARIA
MARCELA TARRÉ BERNINI
MARCELO A. MURIEL
MARCELO BARBOSA
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
MARCELO RICARDO ESCOBAR
MARIA ISABEL GORI MONTES
MAURICIO ALMEIDA PRADO
MODESTO CARVALHOSA
NELSON EIZIRIK
NELSON NERY JUNIOR
PABLO RENTERIA
PEDRO SCHILLING
PETER CHRISTIAN SESTER
RENATA SZCZERBACKI SETTON
RENATO RESENDE BENEDEZI
RENATO STEPHAN GRION
RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
RÔMULO MARIANI
THIAGO DEL POZZO ZANELATO

Assista ao vídeo
de apresentação
da obra



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA

COORDENAÇÃO

ANDRÉ LUÍS MONTEIRO
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
RENATO BENEDUZI

A OBRA CONTÉM DOIS ARTIGOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPANHOL E INGLÊS)

PREFÁCIO: DANIEL BLUME E CAIO FIGUEIREDO C. DE OLIVEIRA

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial
Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourì

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourì

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arbitragem coletiva societária / André Luís Monteiro, Guilherme Setoguti J. Pereira, Renato Beneduzi, coordenadores. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-840-3

1. Arbitragem (Direito) 2. Direito comercial 3. Direito comercial - Brasil 4. Direito societário 5. Direito societário - Brasil 6. Sociedades - Brasil I. Monteiro, André Luís. II. Pereira, Guilherme Setoguti J. III. Beneduzi, Renato.

21-58796

CDU-347.7(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem : Direito comercial 347.7(81)

2. Brasil : Arbitragem : Direito societário 347.7(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA

COORDENAÇÃO

ANDRÉ LUÍS MONTEIRO
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
RENATO BENEDUZI

A OBRA CONTÉM DOIS ARTIGOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (ESPAÑHOL E INGLÊS)

PREFÁCIO: DANIEL BLUME E CAIO FIGUEIREDO C. DE OLIVEIRA

ALINE DIAS
ANA CAROLINA WEBER
ANA LUIZA NERY
ANDRÉ LUÍS MONTEIRO
ARNOLDO WALD
BRUNA ALCINDO MARCONDES DA SILVEIRA
CHRISTIAN BORRIS
CLÁUDIO FINKELSTEIN
ELIANA BARALDI
FABIANE VERÇOSA
FELIPE RONCO
FERNANDO KUYVEN
FLÁVIO LUIZ YARSELL
GRASIELA CERBINO
GUILHERME MELCHIOR DA SILVA FRANCO
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ
JOSEF FRÖHLINGSDORF
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI
LEONARDO VIVEIROS DE CASTRO

MARCELA KOHLBACH DE FARIA
MARCELA TARRÉ BERNINI
MARCELO A. MURIEL
MARCELO BARBOSA
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
MARCELO RICARDO ESCOBAR
MARIA ISABEL GORI MONTES
MAURICIO ALMEIDA PRADO
MODESTO CARVALHOSA
NELSON EIZIRIK
NELSON NERY JUNIOR
PABLO RENTERIA
PEDRO SCHILLING
PETER CHRISTIAN SESTER
RENATA SZCZERBACKI SETTON
RENATO RESENDE BENEDUZI
RENATO STEPHAN GRION
RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
RÔMULO MARIANI
THIAGO DEL POZZO ZANELATO

Assista ao vídeo
de apresentação
da obra



THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA

André Luís Monteiro
Guilherme Setoguti J. Pereira
Renato Beneduzi
Coordenadores

© desta edição [2021]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [04-2021]

Profissional

Fechamento desta edição [10.03.2021]



ISBN 978-65-5614-840-3

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES	7
PREFÁCIO	9
1. LEGITIMIDADE E COISA JULGADA NA ARBITRAGEM COLETIVA: UM OLHAR VOLTADO AO MERCADO DE CAPITALS	
ANA LUIZA NERY E NELSON NERY JUNIOR	
1. Introdução	25
2. Notas sobre a legitimidade das associações para instaurar arbitragem coletiva	27
3. O regime da coisa julgada coletiva: direito vigente e direito projetado ...	37
4. A coisa julgada na arbitragem coletiva	42
5. Cláusula compromissória estatutária: consentimento e vinculação da sentença arbitral a acionistas da companhia	47
6. A regulação uniforme da coisa julgada em processos coletivos para qualquer setor do direito	50
7. Conclusão	53
8. Bibliografia	53
2. O DEVER DE INFORMAR E O FULL DISCLOSURE NO DIREITO SOCIETÁRIO	
ARNOLDO WALD E RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE	
I) Introdução	58
II) A origem do dever de informar: <i>duty of disclosure</i> nos EUA.....	62
III) O dever de <i>disclosure</i> no direito societário e no mercado de capitais.....	65
IV) Breve panorama sobre as consequências da não divulgação: responsabilidade civil da companhia e dos administradores perante os investidores	71
Conclusão	74

3. ARBITRATION OF “CORPORATE” / “SHAREHOLDER” DISPUTES IN BRAZIL – A GERMAN PERSPECTIVE

CHRISTIAN BORRIS

I.	Background	77
II.	Collective Proceedings and Class Actions in Germany	78
III.	Fundamental Procedural Rights in Collective Arbitration.....	81
	(i) Mutual Arbitration Agreement.....	81
	(ii) The Parties’ influence on the composition of the arbitral tribunal	82
	(iii) Participation in the proceedings.....	83
	(iv) Transparency vs. Confidentiality.....	83
IV.	Résumé.....	83

4. ANÁLISE CRÍTICA DA CULTURA DA CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA

CLÁUDIO FINKELSTEIN E MARIA ISABEL GORI MONTES

	Introdução	85
1.	A cultura da confidencialidade na prática arbitral brasileira	87
2.	Objeto em análise	89
3.	O modelo atual	93
4.	Por que a confidencialidade deveria ser limitada na arbitragem coletiva societária?.....	96
	4.1. Viabilização da arbitragem por partes vulneráveis	96
	4.2. Formação e evolução do Direito	97
	4.3. Legitimidade da arbitragem como instituto e <i>accountability</i> das empresas	98
5.	Possíveis inspirações para a implementação de um novo modelo.....	99
	5.1. Regulamentos de <i>class arbitrations</i> americanas	99
	5.2. Modelo alemão de <i>class arbitration</i>	100
	5.3. Precedente de arbitragem de investimento e crítica ao “too much information”	101
	5.4. Regramentos nacionais para arbitragens com a Administração Pública	102
6.	Considerações finais.....	102

5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM ARBITRAGENS COLETIVAS

ELIANA BARALDI E RÔMULO MARIANI

	Introdução	105
--	------------------	-----

1.	Terceiros e o processo coletivo	106
2.	Aplicabilidade à arbitragem	111
	Conclusão	118
6.	O DESAFIO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO NA ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA	
	FABIANE VERÇOSA	
I.	Introdução	119
II.	Arbitragem coletiva societária	121
	II.1. A atuação da CAMB3 na administração de arbitragens coletivas societárias	129
III.	Audiência presencial de instrução na arbitragem coletiva societária	131
IV.	Audiência remota de instrução na arbitragem coletiva societária	134
V.	Conclusão	142
VI.	Bibliografia	142
7.	ARBITRAGEM COLETIVA E RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA ABERTA	
	FERNANDO KUYVEN	
1.	Tutela jurisdicional efetiva de interesses individuais homogêneos de acionistas de mercado	146
2.	Arbitragem coletiva como único meio de garantir ao Público Investidor acesso à Justiça	147
3.	Legitimação passiva da companhia emissora	153
4.	Relação informacional entre a companhia emissora e o público investidor	154
5.	Ausência de isenção de responsabilidade em relação à companhia emissora	157
6.	Aplicação das regras que disciplinam o mercado de capitais combinadas com as regras gerais de responsabilidade civil.....	159
7.	Responsabilidade da companhia pelos ilícitos praticados pelos seus órgãos	161
8.	Culpa da companhia emissora pela desinformação e falta de controles internos	164
9.	Dano direto ao patrimônio dos investidores de mercado	165
10.	Ausência de circularidade.....	168
11.	Nexo de causalidade entre os ilícitos informacionais e os danos aos investidores	168
12.	Conclusão	171

8. PROCESSO ARBITRAL COLETIVO: BREVE REFLEXÃO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA E DA CONFIANÇA

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

I) Hipótese	173
II) A (tentativa de) demonstração.....	176
III) Conclusão	196

9. ARBITRABILIDADE DAS DEMANDAS COLETIVAS

GRASIELA CERBINO

I. Introdução.....	197
II. Contexto internacional.....	199
2.1. A perspectiva italiana	199
2.2. A perspectiva alemã.....	202
2.3. As iniciativas em Portugal	203
2.4. A inspiração trazida pelas iniciativas internacionais	204
III. Tutela coletiva de direitos ou tutela de direitos coletiva	205
IV. Arbitrabilidade	207
4.1. Arbitrabilidade objetiva	208
4.2. Arbitrabilidade subjetiva.....	209
4.3. Questões controversas	212
V. Conclusão	214

10. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A LITÍGIOS ENVOLVENDO COMPANHIAS ABERTAS: NOTAS PARA UMA POSSÍVEL REFORMA NORMATIVA

GUSTAVO MACHADO GONZALEZ

I. Introdução.....	215
II. O papel central da informação na regulação do mercado de valores mobiliários	216
III. Os deveres de divulgação de informações relacionadas a litígios envolvendo companhias abertas na regulamentação em vigor.....	218
III.1. Visão geral.....	218
III.2. Informação periódica: formulário de referência	219
III.3. Informação eventual: o fato relevante.....	220
IV. A confidencialidade da arbitragem	225
V. A CVM deve criar uma nova obrigação de divulgação de informações relativas a demandas societárias?.....	227

11. ARBITRAGENS COLETIVAS E INTERPRETAÇÃO ESTRITA DAS REGRAS DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE PARA A NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS

JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ E BRUNA ALCINO MARCONDES DA SILVEIRA

1. Introdução: peculiaridades das disputas coletivas – Significativa pluralidade de partes 231
2. As regras gerais envolvendo a independência e a imparcialidade dos árbitros 233
3. Possibilidade de interpretação menos restrita de hipóteses de independência e imparcialidade 237
 - 3.1. Mútuo acordo entre as partes 238
 - 3.2. Possível solução em caso de ausência de consenso entre as partes 243
4. Conclusão – binômio legitimidade-qualidade 251
5. Referências bibliográficas 252

12. DEVER DE REVELAÇÃO NA ARBITRAGEM COLETIVA

JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI 255

13. EL ARBITRAJE SOCIETARIO EN ESPAÑA DESDE LA PERSPECTIVA DEL CIAM – CENTRO INTERNACIONAL DE ARBITRAJE DE MADRID

JOSEF FRÖHLINGSDORF

- I. Introducción 261
- II. El Arbitraje Societario en España, arts. 11 Bis y ter Ley Arbitraje 60/2003 262
- III. Comentarios 263
- IV. CIAM – Centro Internacional de Arbitraje de Madrid 267
 1. Historial 267
 2. Organización 268
 3. Reglamento y Cláusula Tipo 269
- V. El Enfoque Regulatorio del Arbitraje Societario por el CIAM 269
- VI. Observaciones y comentarios al enfoque del CIAM 271
- VII. Conclusión 275
- Bibliografía 275

14. THIRD PARTY FUNDING: UMA VISÃO PRÁTICA DO MERCADO BRASILEIRO

LEONARDO VIVEIROS DE CASTRO E RENATA SZCZERBACKI SETTON

- O que é o *Third-Party Funding* (ou Investimentos de Terceiros)? 277
- O mercado brasileiro de arbitragens e a demanda por TPF 284

Questões práticas do TPF em procedimentos Arbitrais no Brasil	286
1. A revelação da existência de um terceiro investidor.....	286
2. <i>Security for Cost</i> e o TPF	290
Conclusão	295

15. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NA ARBITRAGEM COLETIVA

MARCELA KOHLBACH DE FARIA

1. A arbitragem coletiva e a experiência estrangeira	297
2. Arbitragem coletiva no direito brasileiro	299
3. Partes e terceiros no procedimento arbitral.....	301
4. Intervenção de terceiros na arbitragem coletiva.....	304
4.1. Direitos individuais homogêneos e multiplicidade de partes com interesses idênticos	304
4.2. Demais hipóteses de arbitragem coletiva.....	305
5. Devido processo legal e o momento para ingresso dos terceiros na arbitragem coletiva	307
6. Conclusão	313

16. CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM E CLASS ARBITRATION

MARCELA TARRÉ BERNINI

I. Introdução.....	315
II. A confidencialidade no direito comparado	320
2.1. A confidencialidade nas leis nacionais	320
2.2. A confidencialidade nos regulamentos das instituições arbitrais.....	323
III. A confidencialidade no direito arbitral brasileiro.....	326
3.1. A Lei de arbitragem e os regulamentos das câmaras arbitrais.....	326
3.2. A posição da CVM sobre a confidencialidade	328
3.3. Críticas à confidencialidade nas arbitragens societárias	330
IV. Perspectivas para a evolução do papel da confidencialidade nas arbitragens coletivas societárias.....	332
4.1. Nos regulamentos das instituições arbitrais	333
4.2. Nas normas da CVM.....	337
V. Conclusão	338
VI. Bibliografia	339

17. CONTROLE DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NAS ARBITRAGENS COLETIVAS

MARCELO A. MURIEL E ALINE DIAS

1.	Introdução	344
2.	As arbitragens coletivas: pertinência e regulação	344
2.1.	<i>Class arbitrations</i> : elementos sobre a abordagem norte-americana	345
2.2.	Ações coletivas e arbitragens coletivas: elementos sobre a abordagem brasileira	347
3.	Representatividade em arbitragens coletivas	351
3.1.	Interesses representados em tutela coletiva: direitos difusos, direitos coletivos e direitos individuais homogêneos	352
3.2.	O critério da representatividade adequada	353
4.	Arbitragem coletiva no Brasil: um desafio que precisa ser enfrentado	356

18. A ATUAÇÃO DA CVM COMO *AMICUS CURIAE*

MARCELO BARBOSA E GUILHERME MELCHIOR DA SILVA FRANCO

1.	Introdução	359
2.	A CVM e o mercado de valores mobiliários brasileiro	362
3.	Atuação da CVM como <i>amicus curiae</i> em processos judiciais	368
4.	Atuação da CVM como <i>amicus curiae</i> em arbitragens societárias	371
5.	Conclusões	378
	Referências bibliográficas	379

19. ARBITRABILIDADE E AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES VIA *CLASS ARBITRATION*

MARCELO RICARDO ESCOBAR

I.	Introdução	383
II.	Ação de Responsabilidade Civil dos Administradores	386
III.	Arbitrabilidade da Ação de Responsabilidade Civil dos Administradores	390
IV.	<i>Class Arbitration</i> como via para discussão da responsabilidade	394
V.	Conclusões	396

20. REFLEXÕES SOBRE A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA EM ARBITRAGEM COLETIVA NO MERCADO DE CAPITAIS

MARCELO VIEIRA VON ADAMEK

1.	Introdução	397
2.	As objeções às arbitragens coletivas	399

3.	A convenção de arbitragem: a vinculação das associações e o litígio arbitrável	403
4.	A liquidação de sentença genérica em ações e arbitragens coletivas em geral.....	406
4.1.	A liquidação da sentença genérica: a jurisdição competente	408
4.2.	A sentença na arbitragem coletiva no mercado de capitais e a sua liquidação	411
5.	Em conclusão	413
6.	Bibliografia	414
21.	CLASS ARBITRATION NO DIREITO COMPARADO	
	MAURICIO ALMEIDA PRADO E PEDRO SCHILLING	
1.	O Exercício do Direito Comparado.....	418
2.	<i>Class Arbitration</i> na <i>Common Law</i>	420
2.1.	Estados Unidos	420
2.1.1.	A Jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos	421
2.1.2.	Iniciativas Legislativas e Regulatórias	425
2.1.3.	Iniciativas Institucionais.....	426
2.2.	Canadá	427
3.	<i>Class Arbitration</i> na <i>Civil Law</i>	428
3.1.	Espanha	428
3.2.	Colômbia	430
3.3.	México	430
3.4.	Alemanha.....	431
4.	<i>Class Arbitration</i> Internacional	432
5.	Arbitragem Coletiva Societária Brasileira?	434
22.	UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA AS ARBITRAGENS COLETIVAS ENTRE COMPANHIAS ABERTAS E SEUS INVESTIDORES	
	MODESTO CARVALHOSA E FELIPE RONCO	
I.	Da tutela coletiva no mercado de capitais	437
II.	Do indispensável diálogo com o microsistema da arbitragem	448
III.	Dos pressupostos da substituição processual (legitimação extraordinária) na arbitragem coletiva	456
IV.	Da escolha de árbitros pelo substituto processual e da relação de confiança entre eles criada	457
V.	Dos limites e efeitos da liberdade do procedimento a ser adotado nas arbitragens coletivas	460

VI.	Da falsa premissa em torno do sigilo da arbitragem	461
VII.	Considerações finais.....	462
23.	A PRODUÇÃO DE EFEITOS DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ESTATUTÁRIA EM RELAÇÃO A ASSOCIAÇÕES	
	NELSON EIZIRIK E ANA CAROLINA WEBER	
1.	Delimitação do estudo	464
2.	A arbitrabilidade e a produção de efeitos da cláusula compromissória	467
3.	O conteúdo das cláusulas compromissórias estatutárias	471
4.	Obstáculos à participação de associações civis em procedimentos arbitrais	474
4.1.	O necessário exercício de interpretação.....	474
4.2.	Possíveis obstáculos à vinculação das associações civis às cláusulas compromissórias estatutárias.....	477
5.	Conclusão	482
24.	ARBITRAGEM SOCIETÁRIA NO MERCADO DE CAPITAIS E FATO RELEVANTE: POTENCIALIDADES E INSUFICIÊNCIAS	
	PABLO RENTERIA	
1.	Introdução.....	483
2.	O regime atual de divulgação de informações sobre as arbitragens societárias.....	488
2.1.	O Formulário de Referência das companhias abertas	488
2.2.	Fato relevante sobre arbitragem societária	489
3.	O aviso de fato relevante	492
3.1.	Fundamento. Eficiência informacional do mercado.....	492
3.2.	Fato relevante e exercício de direitos.....	494
3.3.	Alcance do dever de divulgação de fato relevante.....	495
4.	Potencialidades e insuficiências do aviso de fato relevante para as arbitragens societárias	498
5.	Conclusão: a necessidade de um regime informacional específico para as arbitragens societárias	500
25.	A NECESSIDADE DE UM SUBSISTEMA DE ARBITRAGEM SOCIETÁRIA	
	PETER CHRISTIAN SESTER	
1.	Ponto de partida	503
2.	O subsistema da arbitragem com a administração pública como ponto de referência	505
3.	Tese principal e pilares da arbitragem societária	507

4.	Como criar o subsistema de arbitragem societária?	508
5.	Fundamentação da tese	509
5.1.	Legislação e regulamentação específicas	510
5.2.	Eficiência de um subsistema de arbitragem societária	512
5.3.	Segurança jurídica de um subsistema de arbitragem societária....	513
5.3.1.	A necessidade do efeito erga omnes e da concentração	513
5.3.2.	A necessidade de publicidade da sentença arbitral.....	521
5.4.	Arbitrabilidade dos litígios societários	523
5.4.1.	Arbitrabilidade objetiva	523
5.4.2.	Arbitrabilidade subjetiva	525
6.	A necessidade da concentração de certas demandas	527
6.1.	Arbitragem <i>ut singuli</i> (artigos 246, § 1º, e 159, § 4º, da Lei das S.A.)	527
6.2.	Arbitragem para a cobrança de danos em benefício próprio (artigo 176 da Lei das S.A. c/c artigos 186 e 927 do Código Civil)	528
6.3.	Arbitragem multiparte e coletiva	529
7.	A cláusula compromissória da Petrobrás e a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência nº 151.130-SP	531
7.1.	Artigo 50 do Estatuto Social da Petrobrás	531
7.1.1.	A decisão da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça	532
8.	Conclusão	535
26.	EXTENSÃO SUBJETIVA DA COISA JULGADA MATERIAL EM ARBITRAGENS SOCIETÁRIAS	
	RENATO RESENDE BENEDUZI	537
1.	Introdução	539
2.	Coisa julgada e arbitragem.....	540
3.	Dupla relatividade da coisa julgada material arbitral	541
4.	Reunião de arbitragens conexas.....	
5.	Extensão subjetiva da coisa julgada material em benefício de quem não tenha sido parte da arbitragem.....	543
6.	Arbitragens coletivas no direito societário	545
7.	Anexo 5 do regulamento da DIS	547
8.	<i>Class arbitration</i>	549
9.	Vinculação convencional à coisa julgada material	550
10.	Conclusão	553
11.	Bibliografia	553

27. BREVES NOTAS SOBRE O USO DE *THIRD PARTY FUNDING* EM ARBITRAGENS COLETIVAS SOCIETÁRIAS

RENATO STEPHAN GRION E THIAGO DEL POZZO ZANELATO

I.	Introdução	558
II.	Conceitos fundamentais	559
	Arbitragens coletivas	559
	Arbitragem societária	562
	Arbitragem coletiva societária	563
	<i>Third Party Funding</i>	566
III.	Vantagens do uso do <i>third party funding</i> em arbitragens coletivas societárias e experiências práticas	567
IV.	Conclusão	570

28. ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

Fato relevante	571
Conclusão	581

29. RELATÓRIO OCDE SOBRE ARBITRAGEM COLETIVA “PRIVATE ENFORCEMENT OF SHAREHOLDER RIGHTS: A COMPARISON OF SELECTED JURISDICTIONS AND POLICY ALTERNATIVES FOR BRAZIL”

PART 3: ARBITRAL PROCEEDINGS INVOLVING COLLECTIVE RIGHTS OF MINORITY SHAREHOLDERS

ANDRÉ LUÍS MONTEIRO E RENATO BENEDUZI.....	583
--	-----

30. RELATÓRIO OCDE SOBRE ARBITRAGEM COLETIVA “PRIVATE ENFORCEMENT OF SHAREHOLDER RIGHTS: A COMPARISON OF SELECTED JURISDICTIONS AND POLICY ALTERNATIVES FOR BRAZIL”

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA	645
-------------------------------------	-----